



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
DO MUNICÍPIO DE OURO VERDE – SC.

**EDITAL Nº 004/2019**

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ouro Verde – SC, no uso da atribuição que lhe é conferida pelas Leis nº105/96, e Lei Complementar Nº 058/2015, vem por meio deste, publicar o **resultado dos recursos interpostos pelos candidatos** à prova objetiva de conhecimento para o Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar nº 001/2019, conforme segue:

<b>Inscrição</b>	<b>Candidato</b>	<b>RG</b>	<b>Resultado dos recursos interpostos</b>
01/2019	Adriana Frith dos Santos	4.034.498	Provido integralmente
02/2019	Leonira Bortolotto	3.764.719	Desprovido
06/2019	Andreia Aparecida Giotto	4.498.954	Desprovido
08/2019	Eliane de Siqueira Cordeiro	6.117.496	Desprovido
09/2019	Naira Cristina dos Santos	6.475.046	Provido integralmente
11/2019	Daniela Fernanda Oliveira da Luz	6.175.983	Desprovido
14/2019	Flavio Miguel Brisola	4.244.660	Desprovido
17/2019	Vanuza Pazini Inácio	5.732.782	Desprovido

Ouro Verde (SC), 09 de agosto de 2019.

À comissão especial organizadora do processo eleitoral do conselho tutelar de Ouro Verde (SC).

Requerimento de recurso em questão da prova de conhecimento  
conselho tutelar.

Eu Adriana Frith dos Santos candidata e membro do conselho tutelar de Ouro Verde, venho por meio deste apresentar recurso nas questões de número 18, 20, 22, 23 e 25. Pois em consulta a profissional da área o qual analisou o caderno de provas constatou que há indução ao erro entre outros fatores passíveis de anulação nessas questões, conforme está especificado em anexo a este requerimento.

Considerando o princípio da equidade para que nenhum candidato seja lesado solicito então análise dos responsáveis pela aplicação da prova para que as questões acima citadas sejam anuladas.

Ouro Verde (SC), 07/08/2019

Atenciosamente,

*Adriana Frith Dos Santos*

Adriana Frith do Santos.

18. Assinale a opção correta, quanto às atribuições do Conselho Tutelar:

- a) Expedir notificações, resoluções e decretos municipais visando a promoção e garantia do direito da criança e do adolescente;
- b) **Atender** crianças, adolescentes, famílias e pessoas com deficiência em situação de risco e vulnerabilidade social;
- c) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente. **RESPOSTA CORRETA**
- d) Atender e aconselhar os pais ou responsável sem a obrigatoriedade da aplicação de medidas previstas na legislação pertinente;
- e) assessorar o Poder Judiciário local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

20. Assinale a opção incorreta. A Justiça da Infância e da Juventude é competente para:

- a) conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis;
- b) conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo;
- c) conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, aplicando as medidas cabíveis;
- d) aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente;
- e) julgar os atos infracionais cometidos pelos adolescentes e aplicar-lhes as penas judiciais devidas, sempre em conformidade com a proporcionalidade do crime cometido.

**RESPOSTA CORRETA**

22. Assinale a alternativa que não corresponde a competência do Ministério Público, de acordo com a Lei nº 8.069/90:

- a) Promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes;
- b) Promover e acompanhar as ações de alimentos e os procedimentos de suspensão e destituição do poder familiar, nomeação e remoção de tutores, curadores e guardiães, bem como oficial em todos os demais procedimentos da competência da Justiça da Infância e da Juventude;

**[B1] Comentário:** É também competência do Conselho Tutelar atender as crianças, adolescentes, famílias e as pessoas com deficiência em situação de risco e vulnerabilidade social. Para tanto, a função do colegiado é de atender no sentido de acolhimento, para que posteriormente realize os encaminhamentos devidos, seja para a proteção social básica e/ou média e alta complexidade, entre outros. Assim, o termo "atender", neste contexto, pode ser entendido também no sentido de acolher, deixando dúvidas quanto a assertiva correta. Podendo ser tanto a alternativa "b" quanto a alternativa "c".

**[B2] Comentário:** Esta opção não está incorreta, pois a Justiça da Infância e da Juventude é competente para JULGAR os atos infracionais cometidos pelos adolescentes, haja vista que aqueles que cometem ato infracional análogo aos crimes contra a vida não são submetidos ao tribunal do júri, por exemplo, mas julgados pela Justiça da Infância e da Juventude. Ainda, a Justiça da Infância e da Juventude é competente para aplicar PENAS judiciais devidas, sempre em conformidade com a proporcionalidade com o CRIME cometido. Sabe-se que o ato infracional é conduta descrita como crime ou contravenção penal realizada por adolescente, conforme determina o art. 103 da Lei nº 8.069/90. Ainda, etimologicamente, a palavra PENA, tem o significado de sanção aplicada como punição ou como reparação por uma ação julgada repreensível, o que é o caso. Logo, não há de se falar em nenhuma das hipóteses estarem incorretas, pois todas as alternativas são competência da Justiça da Infância e da Juventude.

Adriana F Dos Santos

c) Promover, de ofício ou por solicitação dos interessados, a especialização e a inscrição de hipoteca legal e a prestação de contas dos tutores, curadores e quaisquer administradores de bens de crianças e adolescentes nas hipóteses do art. 98;

d) Expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela polícia civil ou militar;

e) Disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em estádio, ginásio e campo desportivo, bailes ou promoções dançantes, boate ou congêneres.

#### RESPOSTA CORRETA

23. De acordo com a Lei 8.069/90, é correto afirmar que a criança ou o adolescente, seus pais ou responsável, e qualquer pessoa que tenha legítimo interesse na solução da lide poderão intervir nos procedimentos de que trata esta Lei, por meio de:

a) Advogado; **RESPOSTA CORRETA**

b) Ministério público;

c) Pais ou responsáveis, desde que maiores de idade;

d) Procurador;

e) Juiz da Infância e Juventude.

25. Assinale o que não está disposto pela Lei nº 8.069/90. Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites:

a) 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real;

b) 6% (seis por cento) do imposto sobre a renda apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual, observado o disposto no art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997;

c) 3% (três por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real; **RESPOSTA CORRETA**

d) O Ministério Público determinará em cada comarca a forma de fiscalização da aplicação, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos incentivos fiscais;

[B3] Comentário: A questão não informa de onde é proveniente o artigo indicado, tornando difícil, senão impossível de ter certeza quanto à resposta correta, pois o art. 98 pode fazer referência à Constituição Federal de 1988, tendo em vista que era outra normativa a ser estudada, conforme previsto no edital. Ainda, vale ressaltar que não se tem a obrigatoriedade de saber especificamente o número de cada artigo da Lei 8.069/90, nem da CF/88.

[B4] Comentário: LIDE = corresponde a um conflito de interesses qualificado por uma pretensão resistida. A questão não é clara o suficiente quando menciona a solução da lide, pois não menciona que tipo de conflito há o interesse em solucionar. Considerando que se trata de criança e adolescente, estes podem ser representados ou assistidos por seus pais ou responsáveis para solucionar o conflito, assim como podem ser representados pelo Ministério Público, em caso de proposição de ação de alimentos, ainda podem ser representados por Advogado, tendo esta capacidade postulatória para propor ações. Assim, resta claro que a questão não está clara o suficiente, a ponto de haver uma resposta apenas.

[B5] Comentário: Opção que não determina do que se trata a referida Lei. Ainda, ressalta-se que este diploma legal não se encontra disposto no conteúdo programático para que fosse estudado, não sendo possível reconhecer o que pode estar escrito nele, a fim de resolver esta questão com clareza. Assim, a questão merece ser anulada, pois seu conteúdo não consta no edital e fere o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Adriano F Dos Santos

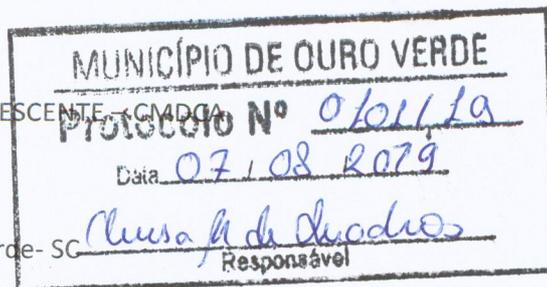
e) Os conselhos nacional, estaduais e municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, por meio de planos de aplicação, das dotações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes e para programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade.

Adriana F Dos Santos

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

Município de Ouro Verde – SC

Edital nº002/2019- CMDCA- Ouro Verde- SC



Recurso de anulação das seguintes questões que segue:

Eu, Leonira Bortoloto, portador(a) do documento de identidade nº 3.764.719, requerimento da inscrição nº 002/2019, para concorrer a uma vaga no Conselho Tutelar de Ouro Verde, Edital CMDCA nº 002/2019, apresento recurso junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ouro Verde.

I. Do objeto de recurso:  
anulação das seguintes questões 9,13,22 e 25.

II. Dos argumentos de recurso:

**Na questão 9 )**De acordo com o que preceitua a Lei 8.069/90, verifique a opção correta:

Resposta; d) a criança e o adolescente tem direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

A resposta estava confusa pelas palavras (produtos e serviços) , não houve entendimento sobre o que se tratava.

**Questão 13)** assinale a opção correta. De acordo com o que dispõe o art. 92 da lei nº8.069/90, as entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios:

I: atendimento personalizado e em pequenos grupos:

II: Preparação gradativa para o desligamento:

III: desmembramento de grupos de irmãos.

IV: FOMENTAR, SEMPRE QUE POSSIVEL, A TRANSFERENCIA PARA OUTRAS ENTIDADES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS:

V: Participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

A opção IV, me deixou em duvidas por constar a palavra FOMENTAR, palavra confusa de duplo sentido .

**questão 22:**

Assinale a alternativa que não corresponde a competência do ministério Público, de acordo com a lei nº8.069/90:

a) promover e acompanhar os procedimentos relativos as infrações atribuídas a adolescentes;

b) promover e acompanhar as ações de alimentos e os procedimentos de suspensão e destituição do poder familiar, nomeação e remoção de tutores, curadores e guardiães, bem como oficial em todos os demais procedimentos da competência da Justiça da Infância e Juventude;

c) promover, de ofício ou por solicitação dos interessados, a especialização e a inscrição de hipoteca legal e a prestação de contas dos tutores, curadores e quaisquer administradores de bens de crianças e adolescentes nas heptoses do art.98;

d) expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela polícia civil e militar;

e) disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em estádio, ginásio e campo desportivo, bailes ou promoções dançantes, bo Questão 25) assinale o que não esta disposto pela lei nº8.069/90. Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites:

a) 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real:

b) 6%(seis por cento) do imposto sobre a renda apurada pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual, observada o disposto no art. 22 da Lei nº9.532, de 10 e dezembro de 1997;

c) 3 (três por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real;

d) O ministério Público determinara em cada comarca a forma de fiscalização da aplicação, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos incentivos fiscais:

e) Os conselheiros nacional, estaduais e municipais dos Diretor da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, por meio de planos de aplicação, das dotações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes e para programas de atenção integral a primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade.ate ou congêneres.

II, dos argumentos do recurso:

Pedido de anulação de tais questões pois a 22 e muito confusa uma vez que todas as alternativas

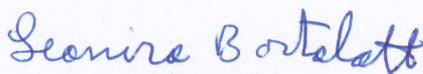
**Questão 25)** assinale o que não esta disposto pela lei nº8.069/90. Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente

comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites:

- a) 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real;
- b) 6% (seis por cento) do imposto sobre a renda apurada pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual, observada o disposto no art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997;
- c) 3 (três por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real;
- d) O Ministério Público determinará em cada comarca a forma de fiscalização da aplicação, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos incentivos fiscais;
- e) Os conselheiros nacional, estaduais e municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, por meio de planos de aplicação, das dotações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes e para programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade.

Pergunta muito confusa, uma vez que todas as alternativas estão na lei 8.069/90 por esse motivo fiquei em dúvida.

Ouro Verde, SC, 07 de agosto de 2019

  
Assinatura do candidato

RECEBIDO em / / .

Por:

(Assinatura e cargo/função do servidor que receber o recurso)

Município de Ouro Verde – SC

Edital nº002/2019- CMDCA- Ouro Verde- SC

<b>MUNICÍPIO DE OURO VERDE</b>
Protocolo Nº <u>0100/19</u>
Data <u>07.08.2019</u>
<u>Clayton M. de Jesus</u> Responsável

Recurso de anulação das seguintes questões que segue:

Eu, Andreia Aparecida Giotto, portador(a) do documento de identidade nº 4.498.954, requerimento da inscrição nº 006/2019, para concorrer a uma vaga no Conselho Tutelar de Ouro Verde, Edital CMDCA nº 002/2019, apresento recurso junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ouro Verde.

I. Do objeto de recurso:  
anulação das seguintes questões 9,13,22 e 25.

II. Dos argumentos de recurso:

**Na questão 9** )De acordo com o que preceitua a Lei 8.069/90, verifique a opção correta:

Resposta; d) a criança e o adolescente tem direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

A resposta estava confusa pelas palavras (produtos e serviços) , não houve entendimento sobre o que se tratava.

**Questão 13)** assinale a opção correta. De acordo com o que dispõe o art. 92 da lei nº8.069/90, as entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios:

I: atendimento personalizado e em pequenos grupos:

II: Preparação gradativa para o desligamento:

III: desmembramento de grupos de irmãos.

IV: FOMENTAR, SEMPRE QUE POSSIVEL, A TRANSFERENCIA PARA OUTRAS ENTIDADES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS:

V: Participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

A opção IV, me deixou em dúvidas por constar a palavra FOMENTAR, palavra confusa de duplo sentido .

**questão 22:**

Assinale a alternativa que não corresponde a competência do ministério Público, de acordo com a lei nº8.069/90:

a) promover e acompanhar os procedimentos relativos as infrações atribuídas a adolescentes;

b) promover e acompanhar as ações de alimentos e os procedimentos de suspensão e destituição do poder familiar, nomeação e remoção de tutores, curadores e guardiães, bem como officiar em todos os demais procedimentos da competência da Justiça da Infância e Juventude;

c) promover, de ofício ou por solicitação dos interessados, a especialização e a inscrição de hipoteca legal e a prestação de contas dos tutores, curadores e quaisquer administradores de bens de crianças e adolescentes nas heptoses do art.98;

d) expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela polícia civil e militar;

e) disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em estádio, ginásio e campo desportivo, bailes ou promoções dançantes, bo Questão 25) assinale o que não esta disposto pela lei nº8.069/90. Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites:

a) 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real:

b) 6%(seis por cento) do imposto sobre a renda apurada pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual, observada o disposto no art. 22 da Lei nº9.532, de 10 e dezembro de 1997;

c) 3 (três por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real;

d) O ministério Público determinara em cada comarca a forma de fiscalização da aplicação, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos incentivos fiscais:

e) Os conselheiros nacional, estaduais e municipais dos Diretor da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, por meio de planos de aplicação, das dotações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes e para programas de atenção integral a primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade.ate ou congêneres.

II, dos argumentos do recurso:

Pedido de anulação de tais questões pois a 22 e muito confusa uma vez que todas as alternativas

**Questão 25)** assinale o que não esta disposto pela lei nº8.069/90. Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente

comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites:

- a) 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real;
- b) 6% (seis por cento) do imposto sobre a renda apurada pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual, observada o disposto no art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 e dezembro de 1997;
- c) 3 (três por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real;
- d) O ministério Público determinara em cada comarca a forma de fiscalização da aplicação, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos incentivos fiscais;
- e) Os conselheiros nacional, estaduais e municipais dos Direitor da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, por meio de planos de aplicação, das dotações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes e para programas de atenção integral a primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade.

Pergunta muito confusa, uma vez que todas as alternativas estão na lei 8.069/90 por esse motivo fiquei em duvida.

Ouro Verde, SC, 07 de agosto de 2019

  
Assinatura do candidato

RECEBIDO em / / .

Por:

(Assinatura e cargo/função do servidor que receber o recurso)

Município de Ouro Verde – SC

Edital nº002/2019- CMDCA- Ouro Verde – SC

<p>MUNICÍPIO DE OURO VERDE</p> <p>Protocolo Nº <u>0390119</u></p> <p>Data <u>07/08/2019</u></p> <p><u>Clara M. de Goddio</u></p> <p>Responsável</p>
---

Recurso de anulação das seguintes questões que segue:

Eu, Eliane de Siqueira Cordeiro, portador(a) do documento de identidade nº 6.117.496, requerimento da inscrição nº 008/2019, para concorrer a uma vaga no Conselho Tutelar de Ouro Verde, Edital CMDCA nº 002/2019, apresento recurso junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ouro Verde.

I. Do objeto de recurso:  
anulação das seguintes questões 9,13 e 25.

II. Dos argumentos de recurso:

**Na questão 9** )De acordo com o que preceitua a Lei 8.069/90, verifique a opção correta:

Resposta; d) a criança e o adolescente tem direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

A resposta estava confusa pelas palavras (produtos e serviços) , não houve entendimento sobre o que se tratava.

**Questão 13)** assinale a opção correta. De acordo com o que dispõe o art. 92 da lei nº8.069/90, as entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios:

I: atendimento personalizado e em pequenos grupos:

II: Preparação gradativa para o desligamento:

III: desmembramento de grupos de irmãos.

IV: FOMENTAR, SEMPRE QUE POSSIVEL, A TRANSFERENCIA PARA OUTRAS ENTIDADES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS:

V: Participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

A opção IV, me deixou em duvidas por constar a palavra FOMENTAR, palavra confusa de duplo sentido .

**Questão 25)** assinale o que não está disposto pela lei nº8.069/90. Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites:

a) 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real:

b) 6%(seis por cento) do imposto sobre a renda apurada pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual, observada o disposto no art. 22 da Lei nº9.532, de 10 e dezembro de 1997;

- c) 3 (três por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real;
- d) O ministério Público determinara em cada comarca a forma de fiscalização da aplicação, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos incentivos fiscais:
- e) Os conselheiros nacional, estaduais e municipais dos Diretor da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, por meio de planos de aplicação, das dotações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes e para programas de atenção integral a primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade.

Pergunta muito confusa, uma vez que todas as alternativas estão na lei 8.069/90 por esse motivo fiquei em duvida.

Ouro Verde, SC, 07de agosto de 2019

*Elaine de Siqueira Ladeira*  
Assinatura do candidato

RECEBIDO em / / .

Por:

(Assinatura e cargo/função do servidor que receber o recurso)

À comissão especial organizadora do processo eleitoral do conselho tutelar de Ouro Verde (SC).

Requerimento de recurso em questões da prova de conhecimento conselho tutelar.

Eu Naira Cristina dos Santos candidata a membro do conselho tutelar de Ouro Verde, venho por meio deste apresentar recurso nas questões de números 18, 20, 22, 23 e 25. Pois em consulta a profissional da área o qual analisou o caderno de provas constatou que há indução ao erro entre outros fatores passíveis de anulação nessas questões, conforme está especificado em anexo a este requerimento.

Considerando o principio da equidade para que nenhum candidato seja lesado solicito então análise dos responsáveis pela aplicação da prova para que as questões acima citadas sejam anuladas.

Ouro Verde (SC), 07/08/2019

Atenciosamente,

Naira Cristina dos Santos

*Naira C. Santos*

18. Assinale a opção correta, quanto às atribuições do Conselho Tutelar:

- a) Expedir notificações, resoluções e decretos municipais visando a promoção e garantia do direito da criança e do adolescente;
- b) **Atender** crianças, adolescentes, famílias e pessoas com deficiência em situação de risco e vulnerabilidade social;
- c) **Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente.** **RESPOSTA CORRETA**
- d) Atender e aconselhar os pais ou responsável sem a obrigatoriedade da aplicação de medidas previstas na legislação pertinente;
- e) assessorar o Poder Judiciário local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

**[B1] Comentário:** É também competência do Conselho Tutelar atender as crianças, adolescentes, famílias e as pessoas com deficiência em situação de risco e vulnerabilidade social. Para tanto, a função do colegiado é de atender no sentido de acolhimento, para que posteriormente realize os encaminhamentos devidos, seja para a proteção social básica e/ou média e alta complexidade, entre outros. Assim, o termo "atender", neste contexto, pode ser entendido também no sentido de acolher, deixando dúvidas quanto a assertiva correta. Podendo ser tanto a alternativa "b" quanto a alternativa "c".

20. Assinale a opção incorreta. A Justiça da Infância e da Juventude é competente para:

- a) conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis;
- b) conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo;
- c) conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, aplicando as medidas cabíveis;
- d) aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente;
- e) **julgar os atos infracionais cometidos pelos adolescentes e aplicar-lhes as penas judiciais devidas, sempre em conformidade com a proporcionalidade do crime cometido.**

**RESPOSTA CORRETA**

**[B2] Comentário:** Esta opção não está incorreta, pois a Justiça da Infância e da Juventude é competente para JULGAR os atos infracionais cometidos pelos adolescentes, haja vista que aqueles que cometem ato infracional análogo aos crimes contra a vida não são submetidos ao tribunal do júri, por exemplo, mas julgados pela Justiça da Infância e da Juventude. Ainda, a Justiça da Infância e da Juventude é competente para aplicar PENAS judiciais devidas, sempre em conformidade com a proporcionalidade com o CRIME cometido. Sabe-se que o ato infracional é conduta descrita como crime ou contravenção penal realizada por adolescente, conforme determina o art. 103 da Lei nº 8.069/90. Ainda, etimologicamente, a palavra PENA, tem o significado de sanção aplicada como punição ou como reparação por uma ação julgada repreensível, o que é o caso. Logo, não há de se falar em nenhuma das hipóteses estarem incorretas, pois todas as alternativas são competência da Justiça da Infância e da Juventude.

22. Assinale a alternativa que não corresponde a competência do Ministério Público, de acordo com a Lei nº 8.069/90:

- a) Promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes;
- b) Promover e acompanhar as ações de alimentos e os procedimentos de suspensão e destituição do poder familiar, nomeação e remoção de tutores, curadores e guardiães, bem como oficiar em todos os demais procedimentos da competência da Justiça da Infância e da Juventude;

Nauro C. Santos

c) Promover, de ofício ou por solicitação dos interessados, a especialização e a inscrição de hipoteca legal e a prestação de contas dos tutores, curadores e quaisquer administradores de bens de crianças e adolescentes nas hipóteses do art. 98;

d) Expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela polícia civil ou militar;

e) Disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em estádio, ginásio e campo desportivo, bailes ou promoções dançantes, boate ou congêneres.

#### RESPOSTA CORRETA

23. De acordo com a Lei 8.069/90, é correto afirmar que a criança ou o adolescente, seus pais ou responsável, e qualquer pessoa que tenha legítimo interesse na solução da lide poderão intervir nos procedimentos de que trata esta Lei, por meio de:

a) Advogado; **RESPOSTA CORRETA**

b) Ministério público;

c) Pais ou responsáveis, desde que maiores de idade;

d) Procurador;

e) Juiz da Infância e Juventude.

25. Assinale o que não está disposto pela Lei nº 8.069/90. Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites:

a) 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real;

b) 6% (seis por cento) do imposto sobre a renda apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual, observado o disposto no art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997;

c) 3% (três por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real; **RESPOSTA CORRETA**

d) O Ministério Público determinará em cada comarca a forma de fiscalização da aplicação, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos incentivos fiscais;

**[B3] Comentário:** A questão não informa de onde é proveniente o artigo indicado, tornando dificultosa, senão impossível de ter certeza quanto à resposta correta, pois o art. 98 pode fazer referência à Constituição Federal de 1988, tendo em vista que era outra normativa a ser estudada, conforme previsto no edital. Ainda, vale ressaltar que não se tem a obrigatoriedade de saber especificamente o número de cada artigo da Lei 8.069/90, nem da CF/88.

**[B4] Comentário:** LIDE = corresponde a um conflito de interesses qualificado por uma pretensão resistida. A questão não é clara o suficiente quando menciona a solução da lide, pois não menciona que tipo de conflito há o interesse em solucionar. Considerando que se trata de criança e adolescente, estes podem ser representados ou assistidos por seus pais ou responsáveis para solucionar o conflito, assim como podem ser representados pelo Ministério Público, em caso de proposição de ação de alimentos, ainda podem ser representados por Advogado, tendo esta capacidade postulatória para propor ações. Assim, resta claro que a questão não está clara o suficiente, a ponto de haver uma resposta apenas.

**[B5] Comentário:** Opção que não determina do que se trata a referida Lei. Ainda, ressalta-se que este diploma legal não se encontra disposto no conteúdo programático para que fosse estudado, não sendo possível reconhecer o que pode estar escrito nele, a fim de resolver esta questão com clareza. Assim, a questão merece ser anulada, pois seu conteúdo não consta no edital e fere o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

*Naiva B. Santos*

e) Os conselhos nacional, estaduais e municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, por meio de planos de aplicação, das dotações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes e para programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade.

Naira B. Santa.

Município de Ouro Verde – SC

Edital nº002/2019- CMDCA- Ouro Verde- SC

<p>MUNICÍPIO DE OURO VERDE</p> <p>PROCESSO Nº <u>0098/19</u></p> <p>Data <u>07/08/2019</u></p> <p><u>Cherise M. de Araujo</u></p> <p>Responsável</p>
--

Recurso de anulação das seguintes questões que segue:

Eu, Daniela Fernanda Oliveira da Luz, portador(a) do documento de identidade nº 6.175.983, requerimento da inscrição nº 011/2019, para concorrer a uma vaga no Conselho Tutelar de Ouro Verde, Edital CMDCA nº 002/2019, apresento recurso junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ouro Verde.

I. Do objeto de recurso:  
anulação das seguintes questões 9,13,22 e 25.

II. Dos argumentos de recurso:

**Na questão 9** )De acordo com o que preceitua a Lei 8.069/90, verifique a opção correta:

Resposta; d) a criança e o adolescente tem direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

A resposta estava confusa pelas palavras (produtos e serviços) , não houve entendimento sobre o que se tratava.

**Questao 13)** assinale a opção correta. De acordo com o que dispõe o art. 92 da lei nº8.069/90, as entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios:

I:atendimento personalizado e em pequenos grupos:

II:Preparação gradativa para o desligamento:

III: desmembramento de grupos de irmãos.

IV: FOMENTAR, SEMPRE QUE POSSIVEL, A TRANSFERENCIA PARA OUTRAS ENTIDADES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS:

V: Participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

A opção IV, me deixou em duvidas por constar a palavra FOMENTAR, palavra confusa de duplo sentido .

#### questão 22:

Assinale a alternativa que não corresponde a competência do ministério Publico, de acordo com a lei nº8.069/90:

a)promover e acompanhar os procedimentos relativos as infrações atribuídas a adolescentes;

b)promover e acompanhar as ações de alimentos e os procedimentos de suspensão e destituição do poder familiar, nomeação e remoção de tutores, curadores e guardiães, bem como officiar em todos os demais procedimentos da competência da Justiça da Infância e Juventude;

c) promover, de ofício ou por solicitação dos interessados, a especialização e a inscrição de hipoteca legal e a prestação de contas dos tutores, curadores e quaisquer administradores de bens de crianças e adolescentes nas heptoses do art.98;

d) expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela polícia civil e militar;

e) disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em estádio, ginásio e campo desportivo, bailes ou promoções dançantes, bo Questão 25) assinale o que não esta disposto pela lei nº8.069/90. Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites:

a) 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real:

b) 6%(seis por cento) do imposto sobre a renda apurada pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual, observada o disposto no art. 22 da Lei nº9.532, de 10 e dezembro de 1997;

c) 3 (três por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real;

d) O ministério Público determinara em cada comarca a forma de fiscalização da aplicação, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos incentivos fiscais:

e) Os conselheiros nacional, estaduais e municipais dos Diretor da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, por meio de planos de aplicação, das dotações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes e para programas de atenção integral a primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade.ate ou congêneres.

II, dos argumentos do recurso:

Pedido de anulação de tais questões pois a 22 e muito confusa uma vez que todas as alternativas

**Questão 25)** assinale o que não esta disposto pela lei nº8.069/90. Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente

comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites:

- a) 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real;
- b) 6% (seis por cento) do imposto sobre a renda apurada pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual, observada o disposto no art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997;
- c) 3 (três por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real;
- d) O Ministério Público determinará em cada comarca a forma de fiscalização da aplicação, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos incentivos fiscais;
- e) Os conselheiros nacional, estaduais e municipais do Conselho da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, por meio de planos de aplicação, das dotações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes e para programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade.

Pergunta muito confusa, uma vez que todas as alternativas estão na lei 8.069/90 por esse motivo fiquei em dúvida.

Ouro Verde, SC, 07 de agosto de 2019

Assinatura do candidato

RECEBIDO em / / .

Por:

(Assinatura e cargo/função do servidor que receber o recurso)

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

<b>MUNICÍPIO DE OURO VERDE</b>
Protocolo Nº <u>0103/19</u>
Data <u>07.08.2019</u>
Município de ouro verde-sc
<u>Cleusa M de Queiroz</u> Responsável

## RECURSO ADMINISTRATIVO AO CMDCA

Recurso contra o processo de escolha dos membros do conselho tutelar eleições unificadas 2019.

Eu Flávio Miguel Brisola portador (a)do documento de identidade nº 4.244.660, requerimento de inscrição nº 14/2019, para concorrer a uma vaga no conselho tutelar de ouro verde, apresento recurso junto ao conselho municipal da criança e adolescente de ouro verde-sc. Através deste requerimento venho pedir a anulação de algumas questões objetivas da prova escrita.

I.do objetivo do recurso:

venho através deste requerer anulação de algumas questões da prova de conhecimento específico do ECA, questões estas que seguem em anexo:

questão 22:

Assinale a alternativa que não corresponde a competência do ministério Público, de acordo com a lei nº8.069/90:

- a)promover e acompanhar os procedimentos relativos as infrações atribuídas a adolescentes;
- b)promover e acompanhar as ações de alimentos e os procedimentos de suspensão e destituição do poder familiar, nomeação e remoção de tutores, curadores e guardiães, bem como officar em todos os demais procedimentos da competência da Justiça da Infância e Juventude;
- c)promover, de officio ou por solicitação dos interessados, a especialização e a inscrição de hipoteca legal e a prestação de contas dos tutores, curadores e quaisquer administradores de bens de crianças e adolescentes nas heptoses do art.98;
- d) expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela policia civil e militar;
- e)disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em estádio, ginásio e campo desportivo, bailes ou promoções dançantes, boate ou congêneres.

Questão 25

assinale o que não esta disposto pela lei nº8.069/90. Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites:

- a) 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real;
- b) 6%(seis por cento) do imposto sobre a renda apurada pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual, observada o disposto no art. 22 da Lei nº9.532, de 10 e dezembro de 1997;
- c) 3 (três por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real;
- d) O ministério Público determinara em cada comarca a forma de fiscalização da aplicação, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos incentivos fiscais;
- e) Os conselheiros nacional, estaduais e municipais dos Diretor da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, por meio de planos de aplicação, das dotações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes e para programas de atenção integral a primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade.

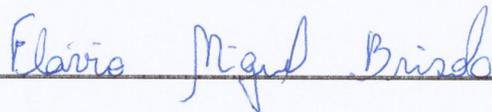
II, Dos argumentos do recurso:

Pedido de anulação de tais questões;

Anulação da questão 22 e muito confusa uma vez que todas as alternativas são muito fácil de confundir uma vez que todas as alternativas falam de competências do MP.

Anulação da questão 25 uma vez que todas as alternativas estão na lei 8.069/90.

Ouro verde, SC 07 de agosto de 2019.



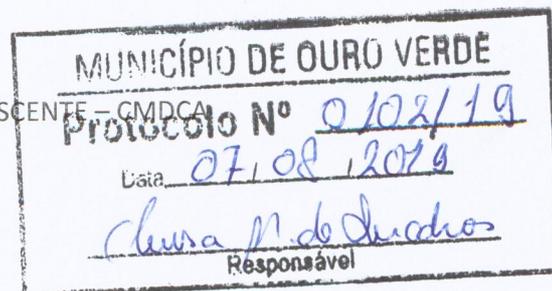
---

Assinatura do candidato

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

Município de Ouro Verde – SC

Edital nº002/2019- CMDCA- Ouro Verde- SC



Recurso de anulação das seguintes questões que segue:

Eu, Vanuza Pazini Inacio, portador(a) do documento de identidade nº 5.732.782, requerimento da inscrição nº 017/2019, para concorrer a uma vaga no Conselho Tutelar de Ouro Verde, Edital CMDCA nº 002/2019, apresento recurso junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ouro Verde.

I. Do objeto de recurso:

anulação das seguintes questões 9 e 25.

II. Dos argumentos de recurso:

Na questão 9 )De acordo com o que preceitua a Lei 8.069/90, verifique a opção correta:

Resposta; d) a criança e o adolescente tem direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

A resposta estava confusa pelas palavras (produtos e serviços) , não houve entendimento sobre o que se tratava.

Questão 25) assinale o que não está disposto pela lei nº8.069/90. Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites:

- a) 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real;
- b) 6%(seis por cento) do imposto sobre a renda apurada pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual, observada o disposto no art. 22 da Lei nº9.532, de 10 e dezembro de 1997;
- c) 3 (três por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real;
- d) O ministério Público determinara em cada comarca a forma de fiscalização da aplicação, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos incentivos fiscais;
- e) Os conselheiros nacional, estaduais e municipais dos Diretor da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, por meio de planos de aplicação, das dotações

subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes e para programas de atenção integral a primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade.

Pergunta muito confusa, uma vez que todas as alternativas estão na lei 8.069/90 por esse motivo fiquei em dúvida.

Ouro Verde, SC, 07 de agosto de 2019

Assinatura do candidato

*Vanuza Pezini Inacio*

RECEBIDO em / / .

Por:

(Assinatura e cargo/função do servidor que receber o recurso)